

[Grupo pró aborto legal monta tenda após vítima de estupro ser agredida em frente a hospital público](#)

Em frente ao Hospital Pérola Byington, referência no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, grupos montaram tendas para colocar seus pontos de vista.

[\(G1, 29/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um grupo de manifestantes legalistas está convivendo pacificamente com o grupo contra o aborto na praça em frente do Hospital Pérola Byington, no bairro da Bela Vista, região central de [São Paulo](#). Na tarde desta segunda-feira (28), nove voluntários estavam na primeira tenda enquanto cinco rezavam pelo fim do aborto na segunda.

O hospital é referência em atendimento a mulheres vítimas de violência sexual e realiza abortos nos três casos previstos por lei: estupro, gestação de fetos anencéfalos ou gravidez com risco de morte.

Cada grupo tem sua tenda armada em frente ao Pérola Byington. Desde o dia 25 de setembro o movimento “40 dias pela vida” monta diariamente sua tenda para realizar “orações e vigília contra o aborto” em frente ao hospital. Eles pretendem ficar lá até o dia 3 de novembro.

Procurado, o grupo “40 dias pelo fim do aborto” disse que não tem interesse em falar com o **G1**.

A tenda de manifestantes contrários a este primeiro movimento foi montada no sábado depois de uma mobilização feita pelas redes sociais pela escritora Daniela Neves, 47.

A ideia, segundo ela, surgiu depois que uma [mulher vítima de estupro coletivo foi agredida](#) pelo grupo “pró-vida” e a contra o aborto na última segunda-feira (21) **(leia mais abaixo)**.

“Eu iniciei esse movimento de vigília para proteger as pacientes e o corpo profissional do hospital, que estava sendo super assediado. A ideia surgiu porque sou vizinha, moro no bairro e soube da violência e não dá para não agir. Acho que não podemos normalizar essas coisas que acontecem, a gente não pode deixar passar algumas coisas”.



As duas tendas montadas em frente ao Hospital Pérola Byington: á direita o grupo contra o aborto e á esquerda, os manifestantes legalistas — Foto: Bárbara Muniz Vieira/G1

De acordo com Daniela, a convivência entre os dois grupos tem sido “completamente pacífico” e salienta que os voluntários de sua tenda estão surgindo de forma orgânica com a mobilização feita pela internet.

“Estamos dando como resposta um movimento pacífico, bonito. Estamos do lado deles sendo felizes mostrando que ali é um espaço de convivência e de diálogo. Conversamos com os moradores de ruas, com médicos e pacientes. Os moradores têm passado, se juntado a nós e nos abraçado. Quando a gente tem uma resposta dessas é uma vitória, ainda há esperança, tem muita gente boa no mundo e a gente consegue fazer uma coisa.”

Daniela conta que o outro grupo tem horários determinados para rezar. “Fora desses horários eles se fecham na tenda deles para não olhar para nós e para o que está acontecendo”, afirma. O grupo de legalistas se organizou e tem uma planilha com horários de revezamento. Eles pretendem ocupar a praça também até o próximo domingo (3).

A Prefeitura de São Paulo informou que manifestantes não precisam de autorização para montar tendas na cidade porque a manifestação política é livre.



Cartazes do grupo legalista defendem direito ao aborto previsto na Constituição — Foto: Bárbara Muniz Vieira/G1

Uma das voluntárias dentre os legalistas é a jornalista Andréa Werner, 43 anos. De acordo com ela, apesar da convivência pacífica, há um clima de tensão no ar.

“Cheguei ontem e fiquei boa parte da tarde aqui. Fica uma tensão no ar por mais que não tenha um conflito direto. Mais de lá do que aqui. Eles ficam em posição de alerta, enquanto nós estamos rindo e conversando”, diz ela.

Um grupo de moradores de rua também divide o espaço da praça com as tendas. Na tarde de segunda-feira (28), um morador de rua conhecido como Espeto disse à reportagem do **G1** que precisa de uma barraca para dormir à noite, quando a temperatura cai bastante.

“Ser pró-vida para mim é isso, é ver quem está mais próximo de você e ajudar. Fomos conversar com os moradores de rua e disseram que precisam de desodorante, absorventes. As pessoas não moram na rua porque querem, não é uma escolha. Acho que falta empatia”, diz Andréa.



Moradores de rua que ocupam quarteirão rua próxima ao Hospital Pérola Byington — Foto: Bárbara Muniz Vieira/G1

Daniela está aproveitando a mobilização popular para tentar ajudar os moradores. Ela criou uma [vaquinha virtual para arrecadar fundos para](#) comprar itens de higiene pessoal, roupas e barracas de camping.

“Quando a gente se envolve, não dá para cuidar de uma vida e esquecer de outra. No domingo os moradores da praça participaram do nosso churrasco, no sábado pedimos pizza e compartilhamos. Conversamos com eles para sabermos do que precisam e criei a vaquinha virtual”, afirma.

A mobilização vai continuar. No sábado (2), Daniela pretende ocupar a praça com música e atividades lúdicas, além de oferecer corte de cabelo aos moradores de rua, e plantar um canteiro de flores “pelo fim da violência contra a mulher”. “Quero uma coisa bonita para as pacientes que sofreram violência chegarem lá e terem uma coisa bonita para ver”, afirma.

Vítima de estupro é agredida

No último dia 21, a auxiliar de produção J., de 31 anos, vítima de estupro coletivo, foi conversar com os manifestantes, mas foi agredida. Segundo o boletim de ocorrência registrado no 5º DP Aclimação, J. foi estuprada em 29 de setembro no Rio de Janeiro e frequenta o hospital há cerca de 20 dias, onde tem ajuda psicológica, psiquiátrica e ginecológica.

Na segunda, ela foi até a tenda e perguntou a uma das manifestantes se ela sabia o que era empatia e que ela estava ali para conversar. Perguntou se a manifestante gostaria de ouvir sua história.

De acordo com o boletim de ocorrência, neste momento uma mulher identificada como C. foi até J. e começou a gritar com ela, que teria reagido e gritado de volta, dizendo que era uma vítima de estupro. Foi então que, segundo o boletim, um homem deu um golpe conhecido como mata-leão em J. e a segurou pelo pescoço, enquanto C. passou a atacar J. com tapas em seu rosto, peito, corpo e braço direito.

Uma policial militar que passava pelo local apartou a briga. J. foi levada por funcionários do hospital para dentro da unidade, onde foi medicada, de acordo com a polícia. Em seguida, foi à delegacia prestar depoimento.

De acordo com depoimento de C., a tenda dos manifestantes será montada diariamente das 8h às 20h até o próximo 3 de novembro, quando se completam os 40 dias de oração e vigília. Em sua versão dos fatos, ela disse que J. chegou à tenda alterada e nervosa, discutiu, tentou arrancar a tenda do local e lhe deu um tapa no rosto.

Segundo a polícia, o caso foi ajuizado como termo circunstanciado no Juizado Especial Criminal (JECrim) e seguirá sendo investigado.

Hospital segue atendimentos

O Hospital Pérola Byington prossegue normalmente com o atendimento. De acordo com nota divulgada pela Secretaria de Estado da Saúde, “independente de qualquer manifestação que possa ocorrer fora da unidade, até o momento, não houve qualquer impacto na rotina de atendimentos na unidade”.

No hospital as vítimas recebem assistência de equipe multidisciplinar, com médicos, psicólogos, assistentes sociais e outros, com foco no atendimento humanizado. A unidade oferece apoio à prevenção da gravidez decorrente da violência sexual e realiza abortos nos casos previstos em lei. Também há tratamento para traumatismos genitais, contracepção de emergência, medicamentos para evitar infecções por HIV, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e hepatites.

O Programa Bem Me Quer, do Pérola, é pioneiro no Brasil e considerado referência internacional no atendimento especial às vítimas de violência sexual. O serviço oferece atendimento 24 horas e dispõe de uma equipe multidisciplinar, capacitada a oferecer ajuda médica, social, jurídica e psicológica às vítimas, sem a necessidade de apresentar encaminhamento de outro serviço de saúde ou Boletim de Ocorrência Policial.

Ainda de acordo com a nota, a Secretaria de Saúde “trabalha constantemente para aprimorar o atendimento a vítimas de violência sexual e possui um Grupo Técnico Interdisciplinar de Combate a Violência, que se reúne periodicamente, tendo como norte a Linha de Cuidados às pessoas vítimas de violência, desenvolvida juntamente com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública e serviços de referência. O objetivo é alinhar procedimentos e melhorar a

assistência”.

Por Por Bárbara Muniz Vieira

Manifestantes tentam impedir que grupo contra aborto assedie pacientes em hospital de SP

Após conhecimento de um caso de agressão contra uma paciente do hospital Pérola Byington, na região central de São Paulo, manifestantes se reuniram no local na manhã deste sábado (26) para tentar impedir que um grupo contrário ao [aborto](#) interpele mulheres que procuram atendimento médico.

(Jovem Pan, 26/10/2019 - acesse no site de origem)

Desde o final de setembro, o grupo católico “40 dias pela vida” monta uma estrutura diariamente em frente à entrada do hospital. Com cartazes, faixas, imagens de santos e fetos de plástico, o grupo tem como objetivo persuadir as pacientes para desistirem do aborto.

O hospital Pérola Byington é um centro de referência no atendimento a mulheres, principalmente as vítimas de violência, além de ser um dos poucos que realiza o procedimento para interromper a gravidez de forma legal no país.

A legislação brasileira permite o aborto apenas em três casos: quando a mulher é vítima de estupro, quando a mãe corre risco de morrer por causa da gestação ou ainda quando o feto for anencéfalo.

A escritora Daniela Neves, que organizou o movimento contra o grupo pró-vida neste sábado, reuniu ativistas pelas redes sociais e chegou bem cedo para ocupar o local.

De acordo com os manifestantes, alguns integrantes do movimento “40 dias pela vida” chegaram ao local, mas logo foram embora.

“Eles não conversaram com ninguém daqui, chegaram, viram que tinha outro grupo e chamaram a polícia”, conta o programador Marcelo Gasparian.

A [Polícia Militar](#) apareceu no local, mas não houve objeção ao protesto do novo grupo.

“Eles têm o mesmo espaço liberado para montar a barraquinha deles”, afirma Marcelo. O programador decidiu sair de casa por não concordar com a abordagem realizada pelo grupo católico: “Me dói ver as pessoas sendo constrangidas por buscarem atendimento médico absolutamente dentro da legalidade, são pessoas já fragilizadas.”



Junto com a filha de sete anos, a assistente comercial Carla Cabral soube da manifestação pelas redes sociais e decidiu participar. Ela esclarece que o objetivo do ato não é armar confusão, mas sim garantir que pessoas com direito ao aborto legal não sejam constrangidas na porta do hospital. “É fácil eu montar uma barraca e ficar rezando mil ave marias aqui, só que do outro lado da praça tem crianças abandonadas na rua, vamos rezar por elas?”, questiona.

Carla acha legítimo o direito do grupo pró-vida de manifestar a opinião contrária ao aborto, mas critica quando os integrantes passam do limite: “Eu acho que as pessoas têm o direito de ser a favor ou contra alguma coisa desde que respeitem a liberdade do indivíduo (...) Imagina uma mãe de uma mulher que foi violentada vem acompanhar a filha no hospital e chega aqui e encontra um grupo de beata... É surreal.”

Segundo a assistente comercial, funcionários do hospital também se sentiram incomodados com a presença dos manifestantes católicos ao longo dos últimos dias. Há relatos até de médicos que foram hostilizados.

O movimento “40 dias pela vida” (40 Days For Life) é internacional e faz intervenções em diversos locais pelo mundo. A página do subgrupo paulista no Facebook aponta que a “campanha comunitária” é global e “adota uma abordagem pacífica e determinada para mostrar às comunidades locais as consequências do aborto em seus próprios bairros”.

Procurados pela reportagem, o grupo “40 dias pela vida SP” não retornou o contato até o fechamento desta reportagem.

“O Estado trata o aborto como uma piada”, diz médico especialista no assunto

Jefferson Drezett, que dirigiu por mais de 20 anos o serviço de aborto legal do Pérola Byington, fala sobre aborto legal e ilegal no Brasil

(AzMina, 19/09/2019 - acesse no site de origem)

“Os serviços de saúde parecem que escolhem cumprir ou não a lei quando se trata dos direitos humanos das mulheres”. A avaliação é do médico Jefferson Drezett, que tem um olhar bastante crítico sobre a questão do aborto no Brasil. Por 24 anos, ele dirigiu o serviço de aborto legal do hospital Pérola Byington, em São Paulo, referência no atendimento para interrupção de gestação nos casos previstos na lei brasileira (para vítimas de estupro, anencefalia do feto e risco à vida da mulher).

Lá, além de realizar centenas de procedimentos, ele viu mulheres vítimas de estupro vindas de todo o Brasil em busca de ajuda e se pergunta quantas não conseguiram realizar o procedimento em seus Estados e, por isso, tiveram que fazer na clandestinidade. “Não há sentido que uma mulher brasileira, e eu estou pensando principalmente nas mulheres pobres, tenham que recorrer a um serviço clandestino que coloque sua saúde em risco, porque o Estado brasileiro não responde no seu dever”, afirma.

Em entrevista à Revista AzMina, Jefferson fala sobre a situação do atendimento ao aborto legal no Brasil, os riscos do aborto clandestino e explica quais são os procedimentos mais usados para o aborto seguro no mundo e aqui.

AzMina: Qual a importância do serviço de aborto legal no Brasil?

Jefferson Drezett: A gente tem uma lei fortemente restritiva, mas não é absoluta. A legislação tem duas previsões legais para interrupção de gestação: nenhuma mulher deve morrer pela gestação e em caso de violência sexual, isso tá previsto na lei penal brasileira. E mais recentemente a gente teve a decisão do Supremo [Tribunal Federal] de que também não há crime de aborto no caso de anencefalia.

Essas situações são exceções, mas são um direito das mulheres. É a lei, portanto todas as mulheres têm todo direito de acessar serviços públicos de saúde para interromper a gestação de maneira segura, com atendimento adequado e humanizado. Eu entendo que isso é fundamental, é uma questão de cumprimento da lei.

E contar com serviços, no plural, para que essas mulheres tenham acesso a isso é fundamental para que elas não acessem os serviços de saúde clandestinos para fazer o aborto. Qual o sentido da lei permitir que as mulheres façam o aborto nessas circunstâncias mas não dar para elas a possibilidade de fazer?

AzMina: Quando recorrem ao aborto clandestino, as mulheres estão sempre em risco?

Drezett: O aborto clandestino pode ser duas coisas completamente diferentes. Pode ser o que é feito com um grau de segurança muito bom, mas que é muito custoso. E a maioria das

brasileiras, se não tem esse recurso econômico, recorre ao aborto praticado da maneira mais precária, menos técnica possível, que a gente vai chamar de o aborto praticado em condições inseguras.

Não há sentido que uma mulher brasileira, e eu estou pensando principalmente nas mulheres pobres, nas mais vulneráveis pela sua condição de pobreza, que elas tenham que recorrer a um serviço clandestino que coloque sua saúde em risco, porque o Estado brasileiro não responde no seu dever.

A gente já tem um mortalidade materna tão alta por aborto clandestino no país e a gente não consegue equacionar isso mesmo no caso desses três permissivos legais. O Estado tem se omitido enormemente em seu dever.

AzMina: Para os casos de aborto legal, basta a mulher procurar o hospital? Há relatos de que não é tão fácil assim.

Drezett: O Código Penal, artigo 128, que fala sobre aborto quando há risco de morte e em caso de estupro, é uma lei de 1940. Ou seja, o Estado brasileiro já teve 80 anos pra resolver essa situação. Nesses 80 anos, quase não houve esforço do Estado em garantir a essas mulheres que elas pudessem acessar esse serviço. O Estado trata essa questão como uma piada.

As mulheres que vão buscar por um serviço de saúde, na maioria das vezes, não vai encontrar resposta para seu direito de receber esse atendimento. E cabe apenas ao serviço de saúde corresponder a esse direito, não é a Polícia, nem o Ministério Público. Mas os serviços de saúde não estão oferecendo esse serviço.

A gente sabe que são muito poucos os serviços brasileiros que têm garantido atendimento para essas mulheres. Aí começa uma nova crueldade.

Elas têm que completar vias de acesso que muitas não conseguem. Eu fiquei muitos anos no Hospital Pérola Byington, em São Paulo, e vi mulheres se deslocando de outros estados do país porque não conseguiram atendimento no estado delas. Do Paraná, Rio, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Bahia... Enfim, quase todos os estados brasileiros. Agora você imagina se essa peregrinação é viável para todas as mulheres?

Ou se existe alguma justificativa cabível ética ou legal para um estado inteiro simplesmente se omitir do seu dever, não fazer o atendimento.

Isso faz parecer que os estados brasileiros não precisam prestar conta para ninguém. Um serviço de saúde nega o atendimento e fica por isso mesmo, não há nenhum tipo de investigação, de punição, advertência. Os serviços de saúde parece que escolhem cumprir ou não a lei quando se trata dos direitos humanos das mulheres. Isso é um verdadeiro equívoco que se mantém no Brasil sem que ninguém coloque um ponto final nesse tipo de circunstância.

AzMina: Para fazer aborto é necessária uma estrutura específica? Por que é tão difícil ter esses centros de referência?

Drezett: O necessário para oferecer o aborto legal de forma segura e com alta qualidade técnica de atendimento não é algo que não possa ser feito pelo serviço de saúde pública brasileiro. Porque a gente vai envolver basicamente dois métodos para a maioria dos casos.

O uso do Misoprostol, que a gente chama de aborto medicamentoso, Cytotec é o nome fantasia. E a gente tem o Misoprostol disponível no Brasil, ou seja os serviços de saúde podem requerer a compra dele. E já é usado nos hospitais para induzir o parto, para aborto retido e óbito fetal. Não é uma medicação de alto custo.

A outra técnica é a aspiração manual intra uterina (AMIU), que há décadas está recomendada pelo Ministério da Saúde como a melhor maneira para tratar o aborto incompleto, retido e também os casos legais. Também não é um método que cabe apenas para o aborto legal, cabe para outras formas de tratamento.

Então veja bem, o restante é aquilo que o hospital tem: leito, centro cirúrgico, anestesia, atenção de enfermagem e nutrição. O hospital não tem que ter uma tecnologia em especial ou um processo especial para realizar o aborto legal. Isso pode ser feito por um hospital de menor complexidade sem nenhum problema. A gente nem pode dizer que os nossos hospitais não estão tecnicamente preparados.

AzMina: Como é feito o aborto legal no Brasil?

Drezett: Vai depender do tempo de gravidez da mulher. A aspiração intra uterina é um procedimento muito seguro, mas só pode ser feita até a 12ª semana de gravidez. Depois disso, ela começa a se tornar difícil e sujeita a complicações. Entre 12 e 14 semanas, os médicos que se sentirem tecnicamente confortáveis podem fazer. Mas de uma maneira geral, o Ministério da Saúde limita a aspiração intra uterina até 12 semanas.

Para gestações com mais de 12 semanas essa técnica não é mais possível. Aí o Misoprostol que passa a ser o método recomendado.

Antes de 12 semanas, uma mulher pode escolher se prefere aborto por aspiração ou por Misoprostol. Geralmente a gente vai recomendar com medicamento abaixo de 8 ou 9 semanas. Tem gente que pode fazer sem nenhuma necessidade de intervenção do serviço de saúde, a gente vai só auxiliar. Na maioria dos países desenvolvidos, é feito de maneira domiciliar.

No entanto, as mulheres que recorrem ao aborto em caso de estupro têm uma ansiedade muito grande em resolver a situação o mais rápido possível, da maneira mais confortável possível, sem dor. Isso é completamente compreensível e nessa medida elas acabam escolhendo pela aspiração intrauterina, porque é um método muito rápido. É feito pela manhã, no almoço ela pode ir pra casa. Não tem dor, recebe anestesia, é muito seguro e tem ótima recuperação.

Se ela fosse fazer uso do Misoprostol, ela seria internada, porque não pode uso domiciliar [no Brasil], para fazer uso do medicamento, talvez ficar uns dois ou três dias no hospital. E o processo é mais doloroso porque envolve cólica e sangramento. Mas eu repito: escolher um ou outro método é um direito da mulher quando esse método é possível.

AzMina: É comum ouvir que o Misoprostol é perigoso, que causa aborto incompleto e mata mulheres. Isso é verdade?

Drezett: Eu vejo essa visão e em certa medida é um equívoco. Nos anos 80, quando o Misoprostol era vendido no Brasil [vendido com o nome comercial de Cytotec, era um remédio indicado para o tratamento de doenças gastrointestinais], existe uma tese do professor Maurício Viggiano que mostra claramente que nesse período em que o remédio foi acessível para as mulheres comprarem, caía enormemente as complicações por aborto.

Então a primeira coisa que a gente tem que dizer: o Misoprostol quando chegou ao Brasil, primeiro de maneira legal com o Cytotec, e agora de maneira clandestina, ele foi responsável por uma dramática, a palavra é essa, redução de complicações por aborto inseguro. As mulheres pararam de usar outros métodos perigosos, como inserir coisas no útero, para fazer uso do Misoprostol. E ainda que fosse sem orientação médica, ele ainda era muitas vezes menos perigoso. Isso é um fato.

Agora o Misoprostol pode ser usado por todas as mulheres indiscriminadamente e sempre na mesma dose? A resposta é não.

AzMina: Quem não pode usar?

Drezett: Por exemplo, a dose que a gente habitualmente recomenda para uma mulher de 8 semanas gestacional é de de 800 microgramas. São 4 comprimidos que podem ser colocados na vagina ou embaixo da língua (existem vias diferentes de utilização e com características de utilização). Já para uma mulher que vai fazer um aborto legal de 14, 15 ou 16 semanas a dose recomendada não é de 800 microgramas. São 2 comprimidos.

Não dá para dizer que as mulheres sempre vão escolher a dose correta [em um aborto clandestino]. E como elas fazem essa escolha? Elas fazem por recomendação de uma amiga. Não têm um acompanhamento médico, elas não têm acesso a serem orientadas por um serviço de saúde. Porque é ilegal e isso complica muito as coisas.

Outro aspecto importante, embora não seja muito comum: existem mulheres que não podem usar o Misoprostol. Algumas com doenças cardíacas não deveriam usar, ele pode criar alguma instabilidade na pulsação cardíaca dependendo do tipo de problema. Mulher que tem distúrbio de coagulação até pode usar, mas é preciso cuidado e acompanhamento. Existem outras situações de cuidado especial.

Como é que as mulheres vão poder ter acesso a esse critério sem ajuda de um médico? Sem um serviço de saúde?

AzMina: E por que você acha que existe essa visão do Misoprostol como perigoso?

Drezett: O Misoprostol não é um procedimento sem riscos, mas está longe de ser ruim para as mulheres. O que acontece é que o aborto com o Misoprostol não vai acontecer em cinco minutos. É um processo que pode ser que demore algum tempo, sem nenhum problema, desde que não tenha um sangramento abundante. Muitas vezes o que acontece é que as mulheres são avaliadas pelo serviço de saúde no meio desse processo.

Por exemplo, pode levar dois dias para o aborto acontecer, mas ela é avaliada no final do primeiro dia, porque ela está com dor e procura o hospital. O aborto ainda não está completo e aí o serviço de saúde interna essa mulher e faz a curetagem. Vem a ideia do aborto incompleto. Mas se aguardasse o tempo minimamente adequado para o processo de aborto, uma grande parte desses abortos seria de forma completa sem intervenção. Claro que isso é válido para uma mulher que não está tendo sangramento enorme, e as cólicas estão sendo controladas.

Os riscos de sangramento exagerado variam entre 0,1 a 2% dos casos. É um risco muito pequeno.

E tem um outro problema, que é comum com médico e jornalista: o caso que deu certo não é

reclamado. O que vai procurar o serviço de saúde, que chama atenção, é o que deu errado. Mas a verdade é que a maioria dos casos não vai passar por esse processo.

AzMina: Pode acontecer falha?

Drezett: A falha depende de algumas coisas: do protocolo que utiliza e por quanto tempo usa. Se for considerar as pesquisas internacionais, de uma maneira geral, o aborto com o Misoprostol abaixo de 8 semanas, quando usa uma dose só, vai funcionar em média para 85% das mulheres. Significa que de cada 10, em uma ou duas a medicação vai falhar. Agora, ela pode usar uma nova dose, pra ver se funciona? Claro que pode, pode usar uma segunda dose, é o que se faz nos países em que o aborto é legal. Não é que ela tem uma chance só, a medicação pode ser repetida e se for repetida, a taxa de sucesso é maior.

O Misoprostol não é uma garantia de que vai funcionar. E a chance de falhar vai ser maior quanto menos doses essa mulher tiver disponível da medicação para tomar.

Quando a medicação é clandestina e cara, coisa de 800 a 1000 reais quatro comprimidos, como a gente vai imaginar que uma mulher que não tem recursos consiga comprar três doses? Frequentemente é um dinheiro que as mulheres mais pobres não têm.

AzMina: E dano ao feto, é possível?

Drezett: Quando acontece a falha abaixo de nove semanas, existe sim uma possibilidade, que não está exatamente muito clara, de que o Misoprostol possa causar dano fetal, principalmente a síndrome de moebius. Mas não se consegue exatamente quantificar isso, por causa da clandestinidade. Não há muito sentido falar que o Misoprostol é perigoso e causa dano fetal para alguém que está interrompendo a gestação.

AzMina: Se fala disso para os casos em que o aborto falha e a mulher segue com a gravidez.

Drezett: Então, pra quem não consegue ou vai começar o procedimento, tem que estar claro isso. Se começa o procedimento e não funciona e, por qualquer razão, ela muda de ideia e não quer mais interromper a gestação, deve estar ciente dessa possibilidade. É uma escolha que essa mulher deve fazer.

Por Helena Bertho

Aborto Legal: O dia a dia no hospital recordista em interrupção de gestação no Brasil

Em 2017, o hospital estadual Pérola Byington, em São Paulo, fez 345 interrupções de gestações. Este ano, até junho, foram 138. Aborto não é considerado crime no Brasil em caso de risco de morte materna, gravidez decorrente de estupro e anencefalia.

[\(O Globo, 05/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)



[O obstetra Jefferson Drezett fez mais de 600 abortos legais](#)

(Veja São Paulo, 06/11/2015) Ele atua no Hospital Pérola Byington, que é campeão no país em interrupções de gravidez permitidas pela lei em mulheres vítimas de violência sexual

De tempos em tempos, flashes dos cinco minutos de horror e humilhação assombram a memória da empregada doméstica Alessandra*, de 32 anos. Com a voz embargada e sem conseguir conter as lágrimas, ela conta que tudo aconteceu no início da noite de uma terça do mês de julho, em um bairro da Zona Sul, quando estava saindo do trabalho. Por volta das 19h30, sofreu a abordagem de um sujeito alto e armado, que a abraçou como se fosse seu namorado. Assustada, não teve alternativa a não ser ceder e acompanhá-lo. “Fui arrastada para um canto escuro e violentada”, lembra. “Temia tanto pela minha vida que não consegui gritar.”



A paciente Alessandra: “Deus não ia querer outra criança sofrendo no mundo” (Foto: Mario Rodrigues)

Em seguida, o bandido a largou no chão e fugiu. Ainda abalada, Alessandra entrou no ônibus e

se dirigiu para casa. “Eu me sentia suja, envergonhada”, diz. “Não contei a história nem para o meu companheiro, com quem estou há quatro anos, por medo de que ele me deixasse.” Depois disso, tomou a pílula do dia seguinte na esperança de evitar uma gravidez. Para seu desespero, no entanto, descobriu em outubro que estava com uma gestação de catorze semanas. Mãe de duas meninas, uma de 12 e a outra de 13 anos, ela decidiu que não teria a criança. Em uma pesquisa na internet, ficou sabendo que, enquanto vítima de violência sexual, poderia procurar a rede pública de saúde para realizar um aborto. Trata-se de um direito garantido pela Justiça brasileira desde 1940. Aliviada, achou que o drama poderia ser resolvido rapidamente.

Não foi assim. Primeiro, bateu à porta do Hospital Municipal Doutor Arthur Ribeiro de Saboya, no Jabaquara, que realiza o procedimento desde 1989 e se tornou um dos pioneiros do país nessa área (apesar de o Código Penal garantir às mulheres direito há muito tempo, várias décadas se passaram até que a lei começasse a ser de fato cumprida). No local, os funcionários teriam se recusado a atender Alessandra. “Disseram que fariam o aborto se eu estivesse com no máximo doze semanas de gravidez”, afirma.

Na verdade, a norma do Ministério da Saúde sobre o assunto permite a interrupção com até 22 semanas, desde que o feto pese menos de 500 gramas. Depois disso, a doméstica tentou o Hospital São Paulo, na Vila Clementino. Novamente, perdeu tempo. Acabou encaminhada ao Pérola Byington, no centro. Ali, recebeu atendimento quase imediatamente. Após dois dias de exames e consultas com vários especialistas, ganhou da equipe do hospital, chefiada pelo obstetra Jefferson Drezett, quatro comprimidos de misoprostol, vendido comercialmente sob o nome de Cytotec.

Originalmente prescrito para o tratamento de úlceras, o remédio passou a ser usado como abortivo, pois provoca contrações no útero, o que resulta na expulsão do feto. “Senti apenas algumas cólicas”, recorda-se Alessandra, que é católica mas não vai à igreja com frequência. “Não me arrependo. Deus pode me perdoar, pois não ia querer outra criança sofrendo no mundo.”



O Pérola: prêmio de excelência do Banco Mundial (Foto: Mario Rodrigues)

Dramas como esse fazem parte da rotina do doutor Drezett desde 1994, quando montou o Serviço de Violência Sexual e Aborto Legal do Pérola Byington, hospital que pertence à rede estadual de saúde. De cabelos castanhos com mechas brancas caindo pelos ombros e um brinco de pérola na orelha direita, o obstetra tem um visual de roqueiro das antigas (é fã de Pink Floyd, AC/DC e Rolling Stones) e encara com naturalidade o dia a dia heavy metal, repleto de episódios chocantes. “No começo, comentava em casa com minha mulher os casos das pacientes, mas, depois de um tempo, ela me pediu para parar, pois sofria muito ouvindo esse tipo de coisa”, diz ele, que vive há mais de três décadas com uma dentista (o casal tem um garoto de 17 anos) em um condomínio fechado em Alphaville.

Fora uma breve interrupção entre 2002 e 2003, quando excursionou por sete países da América Latina dando palestras sobre o assunto, o doutor Drezett nunca deixou de cuidar do dia a dia do Pérola. O hospital realiza por mês mais de dez procedimentos do tipo, sendo o campeão nacional nesse campo. Pela excelência do trabalho ali realizado, ganhou, no ano

passado, um prêmio do Banco Mundial na categoria iniciativas regionais ligadas à violência de gênero. No Pérola, com até doze semanas de gravidez, a paciente passa por uma aspiração intrauterina. Depois desse prazo, o recomendável é o misoprostol. Muitas vezes, o próprio Drezett encarrega-se da operação. Segundo seus cálculos, fez mais

de 600 abortos até hoje. “Jamais tive problema algum de consciência”, garante. “Pelo contrário, fico satisfeito em garantir que esse direito das mulheres seja assegurado aqui.”

A questão do aborto legal vem sendo muito discutida devido ao recente projeto de lei do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ele quer dificultar essa operação no país. A proposta, que passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 21 de outubro, prevê, entre outras coisas, a obrigatoriedade de um boletim de ocorrência para a realização do procedimento (atualmente, basta a palavra da vítima no hospital) e mais restrições à venda de medicamentos considerados abortivos no Brasil. Na prática, segundo os críticos da ideia, isso poderia impedir por aqui até a comercialização da pílula do dia seguinte, droga hoje vendida livremente nas farmácias. Nas últimas semanas, vários grupos foram às ruas em São Paulo para protestar contra Cunha.



Muro da Catedral da Sé: pichações contra a mudança na lei (Foto: Renato S. Cerqueira/Futura Press/Folhapress)

Uma das manifestações reuniu cerca de 5 000 pessoas na Avenida Paulista. No último dia 31, as paredes da Catedral da Sé amanheceram com pichações de expressões como “útero laico” e “ventre livre”. O projeto do presidente da Câmara ainda precisa passar por outras instâncias de aprovação no Congresso, mas preocupa especialistas em saúde pública. “É um desrespeito à condição feminina e um atestado de ignorância”, ataca Drezett. “Não bastasse ser estuprada, a mulher tem de passar pelo constrangimento de ir a uma delegacia para provar que não é uma mentirosa.”



Manifestação contra o projeto de Eduardo Cunha no fim de outubro: cerca de 5 000 pessoas na Paulista (Foto: Fox Press Photo/Folhapress)

No protocolo do serviço do Pérola, a pessoa com queixa de gravidez decorrente de estupro é atendida pelo setor administrativo e direcionada à realização de uma ultrassonografia. Na sequência, passa pelo grupo de assistentes sociais. “As vítimas chegam aqui com um sofrimento aprisionado muito grande”, relata Maria Estela Moura, uma das profissionais da área. “Na maioria das vezes, eu sou a primeira pessoa que escuta o relato delas.” A paciente é encaminhada depois para o time de psicólogas. “O mais importante é ver se a mulher está consciente da decisão que está tomando”, afirma Daniela Pedroso, uma das especialistas do setor. “Dizemos também que ela pode optar por ter a criança, criá-la ou entregá-la à adoção.”

Há ainda o atendimento de um ginecologista. Ao final, o processo é discutido por uma equipe multidisciplinar do hospital, responsável por definir se o aborto será ou não realizado. Cerca de 20% dos casos terminam vetados. Na maioria das vezes, isso se dá pelo fato de a gravidez estar

muito avançada ou quando se conclui que a data da suposta violência não condiz com o tempo de gestação. Nos processos aprovados, aproximadamente 10% das mulheres desistem às vésperas de tomar o misoprostol ou passar pela aspiração intrauterina. “Certa vez, uma delas mudou de ideia após receber a visita da avó, que lhe pediu para reconsiderar a decisão”, relata Drezett. “Diante disso, respeitamos a vontade da paciente e nunca obrigamos ninguém a seguir em frente”, completa.



A psicóloga Daniela e a assistente social
Maria Estela (Foto: Mario Rodrigues)

Do total de abortos autorizados no Pérola, 65% ocorreram com mulheres adultas e 35% com crianças e adolescentes. Pacientes de classe média recorrem ao hospital, mas a maior parte vem de famílias mais pobres. Quando o caso envolve vítimas menores de 15 anos, o agressor está próximo ou dentro de casa. São padrastos, tios, cunhados e até mesmo os próprios pais e avôs. Foi o que aconteceu com a estudante Maria, que ficou grávida aos 14 anos, após estupros diários cometidos pelo padrasto, de 67, nos horários em que a mãe ia trabalhar fora. “Era só a esposa sair de casa que ele já começava os ataques”, conta a psicopatologista Sônia Regina Maurelli, fundadora da Casa de Isabel, instituição no Itaim Paulista que acolhe vítimas de violência. Com a ajuda da entidade, a menina fez o aborto em novembro de 2014, no Pérola Byington. A equipe do hospital realizou o teste de DNA, comprovando que o padrasto era o agressor. Ele foi preso e condenado a vinte anos de cárcere.

As maiores de idade costumam ser atacadas na rua por desconhecidos, parceiros ou ex-namorados. Na semana passada, com as mãos suando frio e muito apreensiva, a boliviana Paloma, 19, encontrava-se no hospital esperando atendimento. Ela está grávida de um mês, após sofrer um estupro no Brás. “Era de noite, eu ia para a oficina de costura onde trabalho e moro quando fui levada para dentro de um carro com dois brasileiros”, relata ela, que não fala português e está, sozinha, há apenas três meses no país. “Eles me pegaram à força e taparam a minha boca.” Com medo de ser deportada (vive irregular no Brasil), custou a contar a alguém o que ocorrera. “Agora, quero voltar para a Bolívia quanto antes e sem esse filho.”



A boliviana Paloma: atacada na volta do trabalho (Foto: Mario Rodrigues)

O Pérola recebe muitas pacientes de fora de São Paulo e até de centros de saúde da própria capital. Isso explica por que o total de abortos mais que triplicou no hospital de 2010 para cá. Nesse período, foram realizadas ali 553 interrupções de gestação, contra 33 procedimentos do tipo nos seis hospitais municipais da cidade indicados pela prefeitura como referência na área. “É uma tremenda falta de respeito com as mulheres, que poderiam ser atendidas nessas redes mais próximas de suas casas”, critica Ana Paula Meirelles, coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. “A negativa de acesso é tão grave quanto a violência sofrida”, completa a promotora Silvia Chakian, do grupo de enfrentamento à violência doméstica do Ministério Público de São Paulo, que promete investigar esses casos.

Apesar do problema do funil que sobrecarrega sua equipe, o médico Drezett demonstra ter

orgulho do trabalho da sua turma. Nascido em São Caetano do Sul, cursou medicina na Universidade São Francisco, em Bragança Paulista. Especializou-se em obstetrícia e ginecologia pela Universidade Estadual de Campinas. Foi lá que realizou seu primeiro aborto legal, em 1988, quando fazia residência no hospital da Unicamp, na mesma cidade. “A chefe do setor disse: ‘Eu vou sair para tomar um café e quero que você realize esse procedimento. Se eu voltar e você não estiver aqui, vou entender’”, conta. “Refleti sobre aquilo durante cinco minutos, que era o tempo de preparo do centro cirúrgico, e decidi fazer, na maior tranquilidade, pois não havia nada de errado”, afirma.

Com salário mensal de cerca de 5 570 reais, Drezett complementa a renda trabalhando em sua clínica particular de ginecologia e obstetrícia no Itaim Bibi. Cobra 400 reais por consulta e costuma realizar partos (dois a cada trinta dias, em média) em maternidades como o Santa Joana. Apesar da atenção que dispensa a essas pacientes, não disfarça ter um carinho especial pelas mulheres do Pérola. “Quando comecei lá, eu era o único a fazer o procedimento no hospital”, conta. “Até hoje, há colegas que se recusam a entrar nessa área”, completa. Drezett já ouviu em eventos públicos insultos como “aborteiro” e “abortista”.



Drezett em evento no ano passado: palestras sobre o assunto no Dia Internacional da Mulher (Foto: Divulgação)

O doutor foi coroinha na infância e frequentou escolas dirigidas por freiras e padres. Por volta dos 30 anos, porém, assumiu ser ateu. Se não fosse assim, teria dificuldade em lidar com a atual rotina? “Aqui não é uma igreja, é um hospital público, com o dever de ser laico”, responde. Ele conta ter demitido um ultrassonografista que, mesmo orientado, insistia em mostrar os batimentos cardíacos fetais e as imagens para a paciente, como forma de convencê-la a desistir. “As pessoas que apresentam alguma objeção ao aborto legal têm todo o direito de não trabalhar aqui”, afirma o médico. A única “religião” de Drezett é o bem-estar das vítimas de violência sexual que chegam ao Pérola. “Considero uma missão dar dignidade a elas em um momento tão difícil”, resume.

Centro de referência

Em quatro anos, o número de abortos legais mais que triplicou

2010 - 48

2011 - 74

2012 - 116

2013 - 137

2014 - 178

Antes da cirurgia

O passo a passo do trâmite necessário para que os médicos realizem a intervenção

- A mulher com queixa de gravidez decorrente de estupro é atendida pelo setor administrativo e direcionada à realização de uma ultrassonografia (não é obrigatória a apresentação de boletim de ocorrência)
- Na sequência, a paciente é encaminhada a uma assistente social e depois a uma psicóloga; por último, a um médico, que fará uma consulta ginecológica
- Após a análise dos exames, a equipe multidisciplinar discute o caso
- O aborto só pode ser realizado com, no máximo, 22 semanas de gestação e quando o feto pesa menos de 500 gramas

Adriana Farias

Acesse no site de origem: [O obstetra Jefferson Drezett fez mais de 600 abortos legais \(Veja São Paulo, 06/11/2015\)](#)

Marcha das Vadias, em SP, destaca que sexo sem consentimento é estupro

(Agência Brasil, 24/05/2014) Em sua quarta edição, a Marcha das Vadias, em São Paulo, tem como tema Sexo sem Consentimento é Estupro. A manifestação ocorreu no vão-livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e teve como itinerário descer a Rua Augusta, no centro da capital, em passeata, até a Praça Roosevelt, ao lado da Igreja da Consolação.

Leia também: [Marcha das Vadias protestou pelas ruas do Centro de Florianópolis \(Diário Catarinense, 24/05/2014\)](#)

[- Marcha das Vadias reúne centenas de pessoas no Centro de Belo Horizonte \(Estado de Minas, 25/05/2014\)](#)

Na concentração, centenas de manifestantes portavam cartazes com dizeres como “Meu corpo me pertence”, “Não saí da sua costela, você que saiu do meu útero” e “Não é não”.

“Em violência sexual, quem cala não consente. O consentimento tem de ser explícito; se não existir, é estupro. Muitas vezes, as mulheres se calam por medo, ela está atemorizada, teme que aconteça uma violência ainda maior. Ou porque aquilo está sendo cometido por uma pessoa em que ela confia muito, que é da família dela, que, às vezes, é o marido dela, é o namorado”, disse Patrícia Diniz, uma das organizadoras do ato.

Segundo dados divulgados pelas organizadoras da marcha, 64% dos estupros ocorrem na casa da vítima e apenas 18% em vias públicas. E apenas 30% dos crimes são praticados por desconhecidos.

“Ela não quer fazer sexo, ela não quer fazer determinada prática sexual, mas acontece aquilo porque ela não disse não claramente. A gente quer também que os homens se eduquem e percebam quando eles podem agir”, disse Patrícia Diniz.

Algumas manifestantes usavam uniformes de jogadores de futebol e questionavam os gastos

para a realização da Copa do Mundo no Brasil. “Para a Copa são destinados milhões. Mas para o combate à violência contra a mulher não há recursos”, observou a ativista Lícia Ferreira.

Em São Paulo, o Hospital Pérola Byington é referência para o atendimento a vítimas de violência sexual. No local, é possível fazer exame de corpo de delito e receber cuidados médicos e assistência jurídica. É possível também buscar orientação pelo Disque Mulher 180, do governo federal, além da Delegacia de Defesa da Mulher.

A marcha teve início em 2011, no Canadá, quando um policial disse às estudantes da Universidade de Toronto que, para se proteger de uma onda de violência sexual, as mulheres não deveriam se vestir como vadias. Três mil pessoas tomaram as ruas da cidade em um manifesto denominado SlutWalk, no Brasil conhecido como Marcha das Vadias.

Acesse no site de origem: [Marcha das Vadias, em SP, destaca que sexo sem consentimento é estupro \(Agência Brasil, 24/05/2014\)](#)